Breve descrição

A partir de sua vocação institucional para a proteção de direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, o DMF/CNJ realiza articulações entre os três Poderes, entes federados e outros atores institucionais, inclusive em âmbito internacional.

Esta ação busca assegurar os instrumentos necessários para a difusão de conhecimento especializado por meio da participação e realização de eventos internacionais. Atua, ainda, na tradução de normativas elaboradas pelo CNJ para outros idiomas e de orientações estrangeiras para a língua portuguesa – incluindo criação de repositório de jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para o público brasileiro. Por fim, promove a realização de eventos de formação sobre temas relacionados à proteção internacional dos direitos humanos, em conjunto com parceiros internacionais.

Entrega principal

Internacionalização das atividades do CNJ relacionadas ao sistema de execução penal e de execução de medidas socioeducativas.

Ações previstas

- Tradução e disponibilização de repositório da jurisprudência da CIDH para o público brasileiro
- Tradução de normas, orientações e outros documentos de referência de organismos internacionais especializados não acessíveis em português
- Tradução de produtos técnicos elaborados no âmbito do programa Fazendo Justiça para os idiomas inglês e espanhol
- Disseminação de experiências, metodologias e resultados do programa Fazendo Justiça a gestores e especialistas internacionais
- Realização de eventos de formação sobre temas relacionados à proteção internacional dos direitos humanos em conjunto com parceiros internacionais

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DMF e PNUD

- Suporte técnico e institucional para implementação das ações com os parceiros internacionais
- Seleção de temas prioritários para eventos de formação e produtos técnicos
- Elaboração dos produtos técnicos
- Articulação e desenvolvimento de estratégia nacional para divulgação e disseminação dos produtos técnicos
- Melhoria nos fluxos, nas rotinas de trabalho e na comunicação entre profissionais dos sistemas de justiça criminal e socioeducativo e organismos internacionais
- Tradução de documentos e normas do CNJ para outros idiomas
- Tradução da jurisprudência da CIDH para língua portuguesa e criação de repositório jurisprudencial on-line

FAZENDOJUSTIÇA

Conselho Nacional de Justiça

GESTÃO E AÇÕES TRANSVERSAIS

Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos

GESTÃO MINISTRO LUIZ FUX
2020 - 2022

Saiba mais sobre o Fazendo Justiça acessando o código QR

FAZENDOJUSTIÇA

PNUD

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Produtos e Entregas

DMF/CNJ e PNUD (Fazendo Justiça)

- Articulações entre Poderes, entes federados e outros atores institucionais, inclusive em âmbito internacional com foco na proteção de direitos humanos
- Parcerias firmadas com organizações internacionais (agências implementadoras, cortes e comissões, centros de pesquisa, academia)
- Difusão de conhecimento técnico produzido no contexto do Fazendo Justiça
- Realização e participação em eventos internacionais
- Tradução de materiais produzidos pelo DMF/CNJ para línguas estrangeiras, especialmente no escopo do programa Fazendo Justiça, e de materiais internacionais para o português
- Criação de repositório de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos para o público brasileiro

Organizações internacionais

- Articulação junto ao CNJ para implementação de iniciativas com foco no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na área de execução penal e na área socioeducativa de acordo com normativas e melhores práticas internacionais
- Diálogo com integrantes do Poder Judiciário em eventos, formações e capacitações para troca de informações e experiências
- Facilitação ao acesso a jurisprudências, produtos de conhecimento e pesquisas relativas ao campo penal e ao campo socioeducativo para replicação de conteúdo ao público brasileiro
- Apoio na difusão internacional de experiências positivas e boas práticas produzidas no contexto do Fazendo Justiça
- Apoio e facilitação em traduções necessárias para difusão de conhecimento e de boas práticas no campo penal e no campo socioeducativo, especialmente relacionadas ao escopo do programa Fazendo Justiça